

# A EDUCAÇÃO INFANTIL ATRAVÉS DA FORMAÇÃO TRANSDISCIPLINAR: UM OLHAR PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.

## **PRISCILA BATISTA RIBEIRO**

Mestranda do Curso de Educação, Culturas e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco e Fundação Joaquim Nabuco - UFRPE, brpriscilabr@gmail.com;

## **EMILIA JULIANA CORREIA DO NASCIMENTO**

Mestranda do Curso de Educação, Culturas e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco e Fundação Joaquim Nabuco - UFRPE, emiliaju.ufrpe@gmail.com;

## **POMPÉIA VILLACHAN LYRA**

Professora Associada da UFRPE e do PPG em Educação, Cultura e Identidades, pompeialyra@gmail.com.

## RESUMO

O presente trabalho visa refletir os benefícios da transdisciplinaridade para a práxis dos profissionais da Educação Infantil. A entendemos como uma epistemologia que atravessa as áreas do conhecimento (CETRANS, 2002), e que pode auxiliar na prática de uma educação amorosa, que supera dicotomias, respeita a individualidade e contribui na formação inclusiva. Considerando o seu potencial, assim como sua ausência, nas formações pedagógicas ofertadas pela secretaria de educação às categorias que integram a Educação Infantil da cidade do Recife, esperamos lançar reflexões para que, por meio de estudos e ações políticas, panoramas transdisciplinares advenham no contexto de nossas creches. Consideramos que as posturas dialógicas, não binárias, distante daquelas impostas pelas visões colonizadoras, apontam para um viés do terceiro incluído, consideram a existência das condutas primeira e segunda e em diálogo, desloca-se a um novo ângulo, quiçá a uma política do bem viver. Daí nossos argumentos de que vemos na Transdisciplinaridade um campo de contribuições urgentes para o atendimento de bebês no município.

**Palavras-chave:** Transdisciplinaridade; Formação em serviço; educação infantil.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo dispõe-se a refletir sobre a necessidade da interlocução dos profissionais da Educação Infantil com a Transdisciplinaridade, visto que, entendemos essa abordagem como uma epistemologia que atravessa o ser humano e suas relações, logo, concordamos com o CETRANS (2002, p. 9) que conceitua a Transdisciplinaridade como “uma teoria do conhecimento, uma compreensão de processos, é um diálogo entre as diferentes áreas do saber e uma aventura do espírito [...] É uma nova atitude, é a assimilação de uma cultura, é uma arte. No sentido etimológico, o prefixo «trans» compreende o que está entre, além e através de todas as disciplinas simultaneamente, é aquilo que transcende.»

Dessa forma, ao se pensar as infâncias na contemporaneidade, notamos uma urgência do cuidado que, segundo Boff (2017), é condição necessária para continuidade da vida, seja de idosos, crianças, ou demais seres. Portanto, é de suma importância que profissionais atuantes no desenvolvimento humano exerçam suas atividades em comunhão e acolhimento, numa perspectiva transdisciplinar. Neste artigo, buscamos destacar o valor do bom atendimento no trabalho com as crianças bem pequenas, tendo em vista que, na contramão dos nossos interesses, as políticas públicas no nosso país não vêm priorizando esta fase da vida. A forma recente que o Conselho Nacional de Educação (CNE) tratou, no período da pandemia, os bebês e crianças muito pequenas no mesmo patamar daquelas mais velhas cujas demandas são tão diferentes (SERRÃO, 2021), são um exemplo de desconformidade entre o que buscamos defender e o que o nosso sistema pratica.

Isto posto, é necessário olhar as crianças num viés transdisciplinar em oposição à educação hegemônica contemporânea, compreendendo a infância numa perspectiva aberta. Logo, oportunizar aos profissionais que lidam com esse público formações em serviço que visem a adoção de novas posturas, e ampliação de seus horizontes favorece o desenvolvimento de um trabalho com substância e refinamento de atitudes. Segundo Yunes (2021), a produção dos saberes é uma tarefa social e coletiva, desenvolvida no exercício da alteridade, em que o outro mobiliza a imagem de outrem que, por sua vez, reelabora continuamente seu proceder. A habilidade de observar e de acolher o outro propicia identificações que mobilizam a ilusão de identidade fixa, permanente, diversas vezes oprimida ou opressora.

Na perspectiva de nos ater às pesquisas vigentes acerca da Transdisciplinaridade, notamos uma fragilidade quanto aos estudos publicados no portal de periódicos Scielo, o que revela um espaço para investigações nesta área do conhecimento. Ao cruzarmos as palavras transdisciplinaridade com a formação profissional, obtivemos apenas 03 (três) artigos que trazem o prisma da temática relacionando-o ao campo da saúde. Quando adicionamos o descritor Educação Infantil não aparece nenhum artigo.

Dentre os poucos estudos expostos, a pesquisa de Augusto e col. (2013) aborda o aspecto profissional e transdisciplinar que a equipe de trabalhadores da Intervenção Precoce na Infância (IPI) em Portugal efetua. Em síntese, elas destacam as diferenças de percepções entre os profissionais sobre as práticas típicas e as práticas ideais, e verificam que há um grupo de profissionais que caracterizam a equipe como transdisciplinar ao relatar práticas típicas mais próximas das práticas recomendadas. Os resultados sugerem que é preciso promover a transdisciplinaridade nos grupos de IPI, bem como na qualidade da práxis.

Anterior ao estudo supracitado, Lima e Santos (2012) discutem a formação do psicólogo na residência multiprofissional no que tange a aprendizagem através da prática laboral. A residência abordada na pesquisa tem como hábito proporcionar uma formação transdisciplinar, uma vez que está atenta à dimensão subjetiva da formação dos residentes. De acordo com os autores, a formação em serviço com uma equipe de multiprofissionais tem um caráter rico e desafiador para o cuidado da saúde mental, o que favorece uma postura aberta e de qualidade, pois os trabalhadores envolvidos têm oportunidade de diálogo, reflexão, interação e aprendizagem que se reflete no refinamento do atendimento prestado, tornando o cenário potencializador para o desenvolvimento da ciência, através de sujeitos com atitudes transdisciplinares.

Ratto e Silva (2011), em seu ensaio expõem a experiência de vida e reflexão de dois profissionais da área da saúde - psicólogo e enfermeira - implicados na rotina da formação profissional no ensino superior. O estudo indica a potência da informalidade na produção de novos saberes, permitindo aprendizados híbridos, onde já não há delimitações entre ser enfermeiros, psicólogos, professores, filósofos ou amigos, o que permite e de onde provém uma atitude transdisciplinar.

Para nós ficou evidente nos artigos citados a relevância da dialogicidade entre os profissionais, mas não como um ato corriqueiro, pois o diálogo não é uma simples comunicação, mas é o momento em que os

seres humanos se encontram para problematizar a vida, refletindo juntos sobre o que sabem e o que não sabem, e neste sentido podem seguir, interagir criticamente para transformar a realidade (FREIRE, 1987).

Assim, há esperança em novos panoramas transdisciplinares como premissa para percepção de outros níveis de realidade, com posturas dialógicas que saem do binarismo imposto pelas visões colonizadoras, apontando para uma terceira via (ou terceiro incluído), que respeita a existência das condutas primeira e segunda e em diálogo, desloca-se a um novo ângulo, a uma política do bem viver.

Então, quando lançamos o olhar para a nossa prática na Educação Infantil, sentimos a responsabilidade de compartilhar para as demais categorias de profissionais atuantes na Educação Básica, os atravessamentos que a transdisciplinaridade pode favorecer e aprimorar em termos de atuação no ambiente educacional. Esse sentimento de responsabilidade na partilha da abordagem transdisciplinar nasce a partir da reflexão de duas Auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADI) da Prefeitura Municipal do Recife, mestrandas do Programa de Pós-graduação em Educação, Culturas e Identidades (PPGECI) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) em parceria com a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) que entendem a educação como um ato de amor (FREIRE, 1987), mas não o amor romântico, e sim o amor que luta. A amorosidade como um sonho em que se briga, e para realização deve haver preparo, estudo, exigem em nós, na nossa experiência social, outra qualidade: a coragem de lutar ao lado da coragem de amar (FREIRE apud AMORIM, 2017).

Segundo Morin (2002), o amor (eros, citado em Platão) não se limita apenas ao desejo de conhecer e transmitir, ou ao mero prazer de ensinar, comunicar ou dar: é também o amor por aquilo que se diz e do que se pensa ser genuíno. É o amor que incorpora a profissão pedagógica, a verdadeira missão do educador.

## CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO INFANTIL

A dimensão política tange a Educação Infantil desde sua origem. Mulheres-operárias buscaram nas creches a possibilidade de exercer atividades no Mercado de Trabalho ao passo que exigiam do poder público a garantia desse local onde pudessem deixar os seus filhos. Com o passar do tempo, a garantia de vagas em espaços seguros e de qualidade para

qualquer camada social constituíam-se nos novos objetivos (ADORNI, 2005).

Por volta da década de 80, o movimento feminista e todos os setores comprometidos com as conquistas da época, fazem do direito à Creche/Educação Infantil uma bandeira de luta (DE OLIVEIRA, 1988). Nesse contexto, buscava-se não apenas a garantia de vagas, mas também a qualidade de uma prática que não fosse meramente assistencialista, e que respeitasse a criança como sujeito de direito, com um viés pedagógico progressista (MAUDONNET, 2019).

A Constituição Federal/1988, por sua vez, estabelece que a educação infantil em creches e pré-escolas é um direito das crianças de zero a seis anos, logo, é também dever do Estado a garantia desse atendimento (BRASIL, 1988, art. 208). O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e, em seguida, a LDBEN 9394 (BRASIL, 1996) nascem com o intuito de consumir e regulamentar seus dispositivos nos diferentes setores da sociedade. E foi a partir da promulgação da LDBEN 9394/96 que as instituições públicas passaram a ser pressionadas a oferecer às crianças de zero a seis anos o ensino gratuito e público em unidades de educação infantil, separado por faixa etária, de modo que as crianças de zero a três anos devem ser recebidas em creches, e de quatro a cinco anos e onze meses em pré-escolas (BRASIL, 1996, art. 30).

Neste contexto, o Estado passou a disponibilizar os estudos, e o município a planejar como receber e organizar as instituições que prestariam este serviço, devendo integrar-se no prazo de três anos. Nessa corrida, de forma aligeirada e alguns equívocos incorreram nesse processo de transferência administrativa. Segundo Franco (2009), as creches passaram a ser regidas nos moldes da educação básica, sujeitando-se a normatizações burocráticas que distanciavam-se dos direitos fundamentais de crianças de zero a cinco anos.

Os resquícios desses desacertos sobrevêm até hoje os espaços de acolhimento das crianças de zero a três anos, fase com a qual trabalhamos no Recife. Por isso, reflexões específicas para esta faixa etária e o reconhecimento deste período da vida como fundamental para o desenvolvimento humano justifica a importância da formação continuada dos professores de educação infantil, assim como de todos os profissionais que compõem a equipe educativa acolhedora dos pequeninos nas creches. No nosso contexto, tais profissionais são os Auxiliares de Desenvolvimento Infantil e estagiários de ensino médio.

## O AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E O ESTAGIÁRIO DE CRECHE DO RECIFE

O cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, o qual desempenhamos no Município do Recife, é relativamente novo, pois o primeiro concurso ocorreu em 2006, e posteriormente mais duas ocorrências, em 2012 e 2015 respectivamente. Assim a prefeitura desta cidade determina por meio da lei 18.509/2018 que:

O Quadro Permanente dos Profissionais do Grupo Ocupacional de Apoio ao Magistério é formado pelos servidores ocupantes dos cargos efetivos de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil- ADI, Agente Administrativo Escolar AAE e Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial- AADEE.

Antes da criação do cargo, as crianças eram assistidas por cuidadoras, em sua maioria como função terceirizada e com o quadro complementado por estudantes do ensino médio, ou do curso de pedagogia, ou psicologia que desenvolvem a função como estagiários. Os profissionais que exercem o cargo em destaque são vinculados à Secretaria de Educação da Prefeitura do Recife, porém, existe uma desconformidade entre a realidade e a prática, pois apesar de exercer funções pedagógicas e tendo como atribuições atividades relacionadas aos cuidados físicos, emocionais e cognitivos, trata-se legalmente de uma função administrativa, o que não condiz com a realidade da profissão. Havendo ressalvas devido à luta da categoria, que encabeçada pela Associação dos Auxiliares de Desenvolvimento Infantil do Recife (ASSADIR) e também o Sindicato dos Servidores Municipais de Recife (SINDSEPRE) que, aos poucos, e em constante contenda estão angariando o reconhecimento pedagógico do cargo.

Para a Prefeitura do Recife (2005) de acordo com a Lei nº 17203/2006, as atribuições do ADI em contextos formais de educação compreendem auxiliar o professor no processo ensino-aprendizagem; ajudar as crianças na execução de atividades pedagógicas e recreativas; cuidar da higiene, alimentação, repouso e bem estar dos alunos; responsabilizar-se pela recepção e entrega das crianças junto às famílias, além de auxiliar o docente no planejamento das atividades pedagógicas para cada grupo infantil e também no processo de observação e registro das aprendizagens e desenvolvimento das crianças. Essas ações ocorrem no ambiente

físico escolar, teoricamente com condições apropriadas asseguradas pela Secretaria de Educação.

A contextualização acima nos serve para situarmos o cenário de nossa função, e vale destacar que os encontros formativos oferecidos pela Prefeitura, em geral, ocorrem duas vezes ao ano, de modo presencial (exceto em contexto de pandemia), e este não agrega teorias do campo transdisciplinar. De certa maneira, o mesmo ocorre em relação aos estagiários, cujas formações são escassas, e compete à gestão da unidade escolar orientações acerca do trabalho prestado ao público da Educação Infantil. Muitas vezes, a reprodução do que é observado nas práticas dos educadores mais experientes parece ser suficiente à introdução dos estagiários em sua função.

De acordo com Tardif (2014) o ambiente em que está inserido este educador, tem influência sobre sua prática tornando-se, assim, também um elemento formativo de seus saberes. Portanto, a complexidade da prática pedagógica vai além de uma formação acadêmica ou de saberes ligados à experiência. Aspectos como o local de atuação do profissional pode se constituir como elemento formativo do mesmo. Neste sentido, respeitamos o aprender-fazendo, mas acreditamos que não seja suficiente, visto que muitos desses aprendizes chegam ao ambiente escolar embasados por suas culturas tantas vezes inapropriadas ao contexto profissional, o que deixa à margem a cientificidade da Educação Infantil.

Um fator importante a ressaltar é que, ao chegarem na creche, falta aos estagiários um período formativo que introduza os saberes básicos para o bom acolhimento de bebês na instituição, falta um momento de troca com estes recém-chegados e o interesse por suas visões de mundo. Isso implica que esses jovens mesclam aos seus hábitos familiares e/ou culturais com as instruções repassadas informalmente pela professora da sala e assim definem a forma com a qual cuidam dos bebês. O que nem sempre nos proporciona os melhores resultados. Constatamos a necessidade de um acolhimento mais reflexivo, transdisciplinar como dito anteriormente, que parta do que já sabemos até onde podemos chegar. Uma formação aprofundada, que englobe a criança e o profissional, suas subjetividades, que trate da qualidade do olhar, isso ainda não encontramos. Logo, fica evidente para nós a importância de um preparo maior desses jovens que lidam diretamente com a educação dos nossos bebês, assim como a necessidade das reflexões transdisciplinares no nosso meio educativo.

Na prática, pode-se dizer que os estagiários das creches da Rede Municipal de Ensino do Recife, assumem uma função fundamental no cuidado das crianças e influenciam diretamente o desenvolvimento dos nossos bebês tanto quanto um professor: aos primeiros é geralmente confiada a tarefa de cuidar da alimentação, do banho, do sono, enquanto que os últimos encarregam-se sobretudo dos aspectos “mais pedagógicos” da rotina como: leituras de histórias infantis, planejamento didático, elaboração de relatórios, entre outros.

Entretanto, sabe-se que o cuidar e o educar andam juntos e se complementam na educação infantil, sendo assim é fundamental que esse conhecimento seja melhor incorporado à nossa prática dentro das creches. Nesse sentido, Oliveira et al. (2020) afirmam que:

São necessárias pesquisas com observação para melhor conhecer as práticas das educadoras, além de investimento na formação dos profissionais que se ocupam dos bebês na Educação Infantil. (p.2)

Em vista disso, buscamos com este artigo ressaltar a importância de uma formação prévia dos estagiários antes que iniciem os seus trabalhos na creche ou, em não havendo essa formação, seja útil pensarmos sobre a contratação de estudantes da pedagogia ao invés dos do ensino médio. Buscamos também encorajar o diálogo referente ao real papel do educador dentro da sala de aula de educação infantil, mas em todos os casos, os debates transdisciplinares fazem-se necessários.

Ao tratar da formação de pessoas, Oliveira (2018) ressalta o desafio de considerar a singularidade e integralidade de cada sujeito. Uma formação comprometida com a natureza humana “que é complexa, sistêmica, constituída de diferentes dimensões como cognitiva, afetiva, emocional, bio-social, cultural, política e tantas outras que a faz plena em sua existência”(p.133). Se tais fatores são tão fundamentais, os são ainda mais no período pandêmico e no contexto do acolhimento de crianças em sua maioria não falantes. Como garantir um atendimento humano senão pelo viés do olhar holístico?

Daí a nossa defesa pela introdução do tema da Transdisciplinaridade nas formações pedagógicas dos profissionais da Rede. Defender, também, a formação do estagiário de creche é considerar não apenas os aspectos a serem aprendidos por ele, mas também todo o seu potencial e contribuições que possam ser agregadas nesse ambiente de relações. Faz-se necessário considerá-lo de forma única, enxergando

transdisciplinarmente a sua existência e levar em conta a relação parte-todo-parte trazida por Nicolescu no Manifesto da Transdisciplinaridade (2005) ao se referir aos diferentes níveis de realidade individual e coletiva em que o sujeito está inserido.

Para o estagiário assim como para o professor, é essencial o olhar sensível e aberto à compreensão de que são variadas as dimensões do real visível.

A falta da formação referida pressupõe o não reconhecimento deste profissional como sujeito de influência no desenvolvimento das crianças ou o não reconhecimento dessa fase do desenvolvimento como fundamental para a vida do sujeito. De um modo ou de outro, a reivindicação que buscamos neste trabalho surgiu de lacunas perceptíveis na relação de alguns estagiários com as crianças na creche que muito mais se aproximava de um contexto familiar do que profissional.

Como vivenciar, então, um processo inovador nas creches e no desenvolvimento desses profissionais em formação, senão agregando-os aos momentos de estudos oferecidos pela Prefeitura e reconhecendo a crise paradigmática pela qual estamos passando? O tema da Transdisciplinaridade faz-se essencial nas nossas discussões para a compreensão complexa em que vivemos. Neste sentido, Thomas Khun, explicita que a ciência moderna possui limitações. Daí a importância da ciência pós-moderna, e transdisciplinar, trazendo a compreensão do real por meio do “relativismo, da alteridade, da subjetividade, do complexo, do sensível, do diverso, do inconcluso, do não pré-estruturado” (OLIVEIRA, 2018), aspectos tão essenciais e que precisam estar presentes nas relações de ensino-aprendizagem entre adultos e crianças da creche e, por isso, serem oportunizadas por meio de momentos formativos para todos os profissionais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a Educação Infantil na atualidade é vagar por um terreno irregular. Embora a obra de António Nóvoa seja de 2009, pouco mudamos de lá pra cá, então, concordamos quando o autor nos diz que a educação vive um tempo de grandes incertezas e de muitas perplexidades. Sentimos a necessidade da mudança, mas nem sempre conseguimos definir-lhe o rumo. Há demasiados discursos, redundantes e reincidentes, que se traduzem numa pobreza de práticas (NÓVOA, 2009. p.2).

Segundo Nicolescu (2001) o objetivo da transdisciplinaridade é a compreensão do mundo presente, para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento. Neste sentido, reduções e segregações não são bem-vindos no terreno desta abordagem, logo lançar o olhar para práticas educacionais que desvalorizem o tipo de cuidado e educação que se dirigem às crianças é uma forma de considerar as políticas públicas e a visão dos governantes no tocante a Educação Básica.

Além da fragilidade apontada acima, tivemos a intenção de revelar a necessidade de que as formações dos profissionais da educação sejam atravessadas pela abordagem transdisciplinar, num movimento de comunhão, acolhimento à diversidade e respeito, pois compreendemos a primeiríssima infância como etapa de suma importância ao desenvolvimento infantil e humano. Logo, é fundamental que os profissionais envolvidos tenham embasamento e práticas que favoreçam esta etapa da educação.

Sendo assim, é iminente que a transdisciplinaridade chegue a ser o mote das rodas de conversa entre educadores, gestores, e demais profissionais que se integram à Educação, pois é neste campo de conhecimento em que se permite o fluxo de ideias, de assuntos, esmiuçando todas as possibilidades e ângulos que possam ocorrer. A transdisciplinaridade é a busca do sentido da vida através de relações entre os diversos saberes, numa democracia cognitiva. Nenhum saber é mais importante que outros, todos são igualmente importantes (SANTOS, 2005), logo o olhar transdisciplinar é plural, é diverso, é amplo, ou seja, contrapõe-se à monovisões e às unopercepções sobre a realidade e sobre as humanidades (RANDON, 2002).

Consideramos a creche como um espaço de relações e, ao mesmo tempo, formativo para todos os que nela convivem. Se temos por um lado os profissionais que, aliando a teoria e a prática, qualificam-se, há por outro, os bebês que se desenvolvem por meio das experiências vividas com os recursos humanos e materiais. Logo, não se pode negar o valor desta instituição para quem ali destina tempo da sua vida. Por conseguinte, propomos aqui mudanças que permeiam a estrutura política e o campo teórico de nossas formações até que cheguemos em mudanças efetivas na nossa práxis.

Para isso buscamos ressaltar que a Transdisciplinaridade nos aponta caminhos para uma nova postura e um novo olhar mais intuitivo, reflexivo, sensível para a realidade já que:

A penetração em outros níveis de realidade não é possível apenas com a racionalidade, é necessário lançar mão da intuição e da sensibilidade de mergulhar nas profundezas e desvelar o que não está implícito na superfície, ou seja, outros níveis de realidade, ou o terceiro incluído. (PANIAGO, SARMENTO, 2016, P.141)

Por meio dessa perspectiva, somos capazes de ser sensíveis à natureza humana de cada indivíduo, respeitando suas especificidades e promovendo uma educação comprometida com a formação integral do ser.

É preciso que o/a professor/a considere a forma integrada e holística de viver o que está ao seu redor, dando significado ao que se ensina e fazendo significar o que se aprende, para isso, é necessário que o professor reconheça a realidade de forma complexa, integrada e assim propicie que seu aluno também perceba o complexo, o sistêmico e busque compreender como tudo está integrado. (OLIVEIRA, 2018. P.136)

Acreditamos, com este texto, termos trazido argumentos suficientes, para encerrar este trabalho reafirmando as ricas contribuições que o olhar transdisciplinar pode trazer para o refinamento do atendimento de bebês nas nossas redes de creche da cidade do Recife. A abordagem transdisciplinar faz-se necessária no contexto paradigmático educacional que estamos vivendo, não apenas para o profissional professor, mas também para os ADIs e estagiários que lidam diretamente com o atendimento aos bebês na instituição. Por isso, ressaltamos a potência em incluir este tema nas nossas reflexões. Acreditamos também que não há justificativa plausível para a não inclusão dos estagiários da Rede nos nossos momentos formativos e reflexivos oferecidos pela Secretaria de Educação da nossa cidade.

## REFERÊNCIAS

ADORNI, D. S. **A creche e o direito à educação das crianças de 0 a 6 anos: de agência de guarda a espaço educacional.** S. l.: sn, 2005.

AMORIM, Filipi Vieira; CALLONI, Humberto. **Sobre o conceito de amorosidade em Paulo Freire.** CONJECTURA: filosofia e educação, v. 22, n. 2, p. 380-392, 2017.

AUGUSTO, Helena; AGUIAR, Cecília; CARVALHO, Leonor. **Práticas atuais e ideais em intervenção precoce no Alentejo: Percepções dos profissionais.** Aná. Psicológica, Lisboa, v. 31, n. 1, p. 49-68, jan. 2013. Disponível em: <[http://scielo.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0870-82312013000100004&lng=pt&nrm=iso](http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312013000100004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 18 ago. 2021.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano-compaixão pela terra.** Editora Vozes Limitada, 2017.

BRASIL. **Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 15 julho 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996.** Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 15 jul. 2021.

CETRANS. **Carta da Transdisciplinaridade.** In: CETRANS. Educação e Transdisciplinaridade. 1. ed. São Paulo: TRIOM, 1999, p. 167-171.

DE OLIVEIRA, Gilvaneide Ferreira. **Educar numa perspectiva complexa e transdisciplinar: reflexões para uma docência sensível.** Cenas Educacionais, v. 1, n. 2, p. 132-145, 2018.

DE OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. **A creche no Brasil: mapeamento de uma trajetória.** Revista da Faculdade de Educação, v. 14, n. 1, p. 43-52, 1988.

FRANCO, D. de S..**Gestão de creches para além da Assistência Social: transição e percurso na Prefeitura de São Paulo de 2001 a 2004. 2009.** Dissertação (Mestrado em Educação) –Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LIMA, Mônica e Santos, Lívia. **Formação de psicólogos em residência multiprofissional: transdisciplinaridade, núcleo profissional e saúde mental.** Psicologia: Ciência e Profissão [online]. 2012, v. 32, n. 1 [Acessado 18 Agosto 2021], pp. 126-141. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000100010>>. Epub 18 Jun 2012. ISSN 1982-3703. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000100010>.

YUNES, E. (2021). Prefácio. Em H. M. Ferreira, & B. C. Melo, **Infâncias, adolescências e juventudes: a pesquisa transdisciplinar** (p. 216). CURITIBA: CRV

MAUDONNET, Janaina Vargas de Moraes. **Movimentos sociais em defesa da infância: os fóruns de educação infantil e suas incidências nas políticas públicas no Brasil.** 2019. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MORIN, Edgar; ALMEIDA, Maria da Conceição; CARVALHO, Edgard de Assis. **Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios.** 2002.

NICOLESCU, Basarab. **Um novo tipo de conhecimento.** B. Nicolescu, Educação e Transdisciplinaridade I, p. 185, 2001.

\_\_\_\_\_. A carta da transdisciplinaridade. In **Manifesto da Transdisciplinaridade.** São Paulo, TRIOM, 2005.

NÓVOA, Antônio. **Para uma formação de professores construída dentro da profissão.** Professores: imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009. p. 25-46.

OLIVEIRA et al. **Cuidar e educar: o sujeito em constituição e o papel do educador.** Psicologia Escolar e Educacional. 2020, v. 24. Acesso em 28 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/pee/a/dD9SFJKWFqd9sZVc4pyT7vb/?lang=pt#>

PANIAGO, Rosenilde Nogueira; SARMENTO, Teresa. **Abordagem transdisciplinar: possibilidades de mudanças na pesquisa em educação?** Investigación Qualitativa em Educação // Investigación Cualitativa en Educación // Volume 1, 2016.

PERNAMBUCO, **Lei ordinária 18.509/2018. Capítulo I, Art. 2.** Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/2018/1850/18509/lei-ordinaria-n18509-2018-institui-o-plano-de-cargos-carreira-desenvolvimento-e-vencimentos-pccdvdogrupooocupacional-de-apoio-ao-magisterio-e-da-outras-providencias>> Acesso em: 19 ago. 2021.

RANDON, Michel. **O Território do Olhar.** In: SOMMERMAN, Américo; MELLO, Maria de F.; BARROS, Vitória M. de. Educação e Transdisciplinaridade II. São Paulo: Triom/UNESCO, 2002, p. 26-46.

RATTO, Cleber Gibbon e Silva, Simone Chaves Machado da. **Educar para a “grande saúde”: vida e (trans) formação.** Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]. 2011, v. 15, n. 36 [Acesso em: 18 Agosto 2021], pp. 177-184. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-32832010005000037>>. Epub 10 Dez 2010. ISSN 1807-5762. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832010005000037>.

RECIFE (2005). **Lei nº 17203/2006**, esta lei altera a Lei nº 17.161, de 28 de dezembro de 2005, para modificar os requisitos do cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil.

SANTOS, Akiko. **O que é a transdisciplinaridade.** Periódico Rural Semanal, Universidade Rural do Rio de Janeiro, 22-28 ago. 2005

SERRÃO, Célia Regina Batista. Fúlvia Rosemberg. -Presente. In.: MONÇÃO, Maria Aparecida Guedes; BARBOSA, Luciane Muniz Ribeiro [Orgs.] **Políticas Públicas de Educação Infantil: diálogos com o legado de Fúlvia Rosemberg.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.